

## SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A.RF/PA

# Estudo Técnico Preliminar 101/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-725382/2025-07

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços Continuados de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de materiais de consumo, mão de obra especializada, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento de peças, mediante ressarcimento, do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão e do Sistema de Geração de Emergência do Complexo do Ministério da Fazenda, localizado na Avenida Governador Danilo Areosa, 1530 - Distrito Industrial I - Manaus / AM.

A licitação e o processo de contratação seguirão as diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/2021, na IN 05/2021, no edital e seus anexos, conforme detalhado na tabela abaixo:

GRUPO 1	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ENTRADA EM MÉDIA TENSÃO			
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER CATMAT	QTD MESES
	1	Serviço continuado de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de materiais de consumo e mão de obra especializada, sem dedicação exclusiva do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão do Complexo de Manaus.	4901	24
	2	Aquisição de peças com ressarcimento. <b>(não será objeto de lance)</b>	402800	24

GRUPO 2	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE EMERGÊNCIA			
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER CATMAT	QTD MESES
	3	Serviço continuado de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de materiais de consumo e mão de obra especializada, sem dedicação exclusiva do Sistema de Geração de Emergência do Complexo de Manaus.	2356	24
	4	Aquisição de peças com ressarcimento. <b>(não será objeto de lance)</b>	464043	24

Os códigos CATSER/CATMAT seguem orientações normativas. No que se refere ao Catálogo Eletrônico de Padronização, registra-se que o referido sistema ainda não contempla o objeto desta licitação, motivo pelo qual não foi possível adotar a padronização prevista nos arts. 10 e 11 da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

O item 02 e o item 04 referem-se a peças de reposição por demanda, dada a necessidade dos equipamentos, não será objeto de lances pois visa apenas o provisionamento financeiro para aquisição de peças.

O propósito desta contratação visa atender à necessidade exposta no Documento de Demanda pela DRF/Manaus, conforme delineado a seguir:

Desde a sua inauguração, o Complexo Fazendário em Manaus enfrenta a necessidade constante de intervenções em suas instalações, sistemas e equipamentos. Sendo assim, com o passar do tempo, torna-se indispensável a manutenção periódica dessas instalações, especialmente no que diz respeito às subestações e os grupos geradores de emergência que requerem um acompanhamento periódico, em atendimento às normas técnicas vigentes, e conforme recomendação dos manuais dos fabricantes, bem como da análise da área técnica.

Dessa forma, surge a necessidade de formalização da demanda para Contratação de Empresa especializada para prestação de Serviços Continuados de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de materiais de consumo e mão de obra especializada, sem dedicação exclusiva e fornecimento de peças, quando necessário, mediante ressarcimento, do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão e do Sistema de Geração de Emergência do Complexo do Ministério da Fazenda, localizado na Avenida Governador Danilo Areosa, 1530 - Distrito Industrial I - Manaus / AM.

A contratação de prestação do serviço acima referido é amparada pelo Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, o qual estabelece que as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade poderão ser objeto de execução indireta e pela IN SEGES/MP de nº 05 de 26/05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional

Considerando os problemas mencionados, trata-se de uma demanda urgente a ser atendida por meio de contratação de empresa especializada para execução dos serviços. Essa medida é essencial para assegurar o fornecimento de energia com qualidade e garantir a confiabilidade do sistema elétrico, permitindo o funcionamento contínuo e seguro da unidade, bem como a operação adequada de máquinas e equipamentos. Além disso, busca-se promover um ambiente de trabalho seguro e eficiente, mantendo o padrão de excelência nas atividades desenvolvidas no Complexo do Ministério da Fazenda em Manaus/AM.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus	Dr. Eduardo Badaró Fernandes

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da presente licitação constitui serviço de engenharia pois trata-se de atividades desempenhadas por engenheiro ou técnico especializado que importa em utilidade para a Administração, mas não constitui obra.

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é comum pois trata-se de um conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional habilitado, engenheiro ou técnico especializado, que envolve o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, e cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente estabelecidos pela Administração, através de especificações usuais do mercado, bem como os serviços serão executados segundo a metodologia, os protocolos, técnicas e boas práticas conhecidas e regulamentadas em normas e a qualidade do trabalho será aferida e atestada através do confronto com as referidas normas técnicas, e mesmo que haja variações de metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado planejado pela Administração.

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime de empreitada por preço global em razão da definição das quantidades dos serviços a contratar, serem obtidas previamente com boa margem de precisão, bem como as medições e pagamentos serão realizados através de etapas pré-estabelecidas e de fácil aferição, priorizando o controle de qualidade da execução das atividades.

Na presente licitação foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021.

No orçamento do presente serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, foram adotados custos com base nas fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. Para isso, foi realizada pesquisa de mercado, através da solicitação de orçamentos às empresas do setor.

No orçamento do presente serviço foram juntadas as planilhas sintéticas e a planilhas analíticas.

Na presente licitação foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência não desonerados, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Na presente licitação, será adotado o BDI reduzido de 15,28% para os custos dos materiais usados na manutenção corretiva, como mero repasse da contratada, pois não há previsão de aquisição de materiais de grande relevância, sendo observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU.

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU e/ou ao CRT, em atendimento às exigências previstas no inciso II, do artigo 62 e inciso V do artigo 67, ambos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como em atendimento a Resolução CONFEA nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, Resolução CAU/BR nº 28, de 06 de julho de 2012 e Resolução CFT nº 53, de 18 de janeiro de 2019 - Registro de pessoa jurídica nos CRTs, serão solicitados registro da empresa licitante juntos aos órgãos responsáveis, conforme legislações vigentes.

Será exigido atestado de capacidade técnico-operacional que comprove a experiência da empresa na execução de serviços a seguir:

- Para Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão: o atestado deverá evidenciar a execução de serviços de instalação ou manutenção de Subestações Elétricas Abridadas de no mínimo 500kVA
- Para Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Geração de Emergência: o atestado deverá evidenciar a execução de serviços de instalação ou manutenção de Grupo-gerador a diesel de no mínimo 150kVA;

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão: Engenheiro Eletricista ou Eletrotécnico ou outro profissional com atribuições equivalentes, devidamente reconhecido pelo CREA: experiência comprovada em execução de serviço de instalação ou manutenção em Subestação Elétrica de no mínimo 500kVA; sendo exigida a comprovação através de ART ou CAT devidamente registrada no conselho de classe;

Para Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Geração de Emergência: Engenheiro Mecânico ou Eletromecânico ou outro profissional com atribuições equivalentes, devidamente reconhecido pelo CREA: experiência comprovada em execução de serviço de instalação ou manutenção em Grupo Gerador a diesel de no mínimo 150kVA; sendo exigida a comprovação através de ART ou CAT devidamente registrada no conselho de classe;

A contratada deverá dispor de Instalações, aparelhamento e pessoal técnico suficientes e necessários para o pleno desempenho satisfatório e com atendimento ao nível de qualidade almejado pela contratante. Destacando que as instalações e aparelhamento deverão atender aos requisitos mínimos para que a produtividade da equipe atenda o cronograma do contrato e a equipe técnica possua expertise para a execução das atividades de modo a evitar retrabalhos, sendo exigido:

Para Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão: no mínimo a presença de 01 Engenheiro Eletricista ou Eletrotécnico ou outro profissional com atribuições equivalentes, devidamente reconhecido pelo CREA para conduzir e orientar as atividades;

Para Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Geração de Emergência: no mínimo a presença de 01 Engenheiro Mecânico ou Eletromecânico ou outro profissional com atribuições equivalentes, devidamente reconhecido pelo CREA para conduzir e orientar as atividades.

Na presente licitação, a realização de vistoria será facultativa.

Na presente licitação não se admitirá a subcontratação.

Para a presente licitação será exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

A exigência de demonstração do capital circulante líquido visa resguardar a Administração Pública contra riscos de inadimplência, assegurando que a futura contratada detenha capacidade financeira compatível com as obrigações assumidas. Trata-se de medida que contribui para a seleção de fornecedores com maior solidez e estabilidade, reduzindo potenciais riscos durante a execução contratual.

O percentual de 16,66% foi adotado em conformidade com o padrão utilizado por este órgão em editais anteriores, proporcionando maior segurança financeira ao processo de contratação e alinhando-se às melhores práticas de gestão pública.

É vedada a participação de consórcios, pois é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência e aplica-se às licitações para contratação de obras de grande vulto ou de alta complexidade.

No que respeita ao objeto do presente documento, o serviço é comum, e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação.

Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para este caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, moralidade e razoabilidade.

Na presente licitação, será vedada a participação de cooperativas, pois os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação /subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Na presente licitação, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, pois diante da grande relevância da contratação para o planejamento estratégico da SRRF02, faz-se necessária a apresentação da garantia da execução de modo a visar a cobertura de indenização por eventual falha ou dano causado na prestação dos serviços. Será exigida garantia de 5% sobre o valor contratado.

## 5. Levantamento de Mercado

A Receita Federal do Brasil (RFB) não dispõe de mão de obra técnica especializada em seu quadro funcional para a execução dos serviços demandados, o que impossibilita a realização interna das atividades.

Foi considerada a possibilidade de contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra, hipótese aplicável quando há necessidade de alocação permanente de profissionais nas instalações da contratante. No entanto, essa alternativa não se mostrou a mais adequada, considerando a natureza do serviço e a baixa demanda contínua.

Optou-se, portanto, pela contratação de empresa especializada sem dedicação exclusiva de mão de obra, com atendimento sob demanda, por meio de chamados emergenciais, conforme a necessidade. Essa solução revela-se mais eficiente e econômica, estando alinhada com as recomendações do Manual de Manutenção de Ativos e com as boas práticas de gestão na Administração Pública.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada, é a contratação de empresa especializada sem dedicação exclusiva de mão de obra, para execução de manutenções preventivas programadas e corretivas através de chamado, que é alternativa mais adequada para atender a necessidade demandada, seguindo as exigências legais, regulamentares e estabelecidas no edital e seus anexos.

A escolha por este modelo de contratação é justificada com base nas orientações do Manual de Manutenção de Ativos, que recomenda que os contratos para manutenção preventiva e corretiva sejam de prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, pois os serviços estão claramente definidos nos Planos de Manutenção elaborados pela Receita Federal do Brasil.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos de serviços, insumos e materiais necessários para a execução dos serviços foi elaborada com base na análise das características técnicas dos sistemas envolvidos e nas necessidades de manutenção identificadas nos Planos de Manutenção das Subestações e Planos de Manutenção dos Geradores. Essa avaliação considerou as especificações dos equipamentos, sua funcionalidade e os intervalos periódicos de manutenção recomendados, resultando na composição detalhada apresentada na Planilha de Custos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 508.271,76

O custo estimado para a execução dos serviços é de **R\$ 508.271,76 (Quinhentos e oito mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos)**. No desenvolvimento da planilha orçamentária, foram adotadas composições “próprias”, sendo realizada pesquisa de mercado, através da solicitação de orçamentos às empresas. Além disso, um orçamento detalhado foi fornecido, que inclui a decomposição dos custos unitários de cada serviço.

Foi adotado um BDI Geral de 24,63% e BDI Diferenciado de 15,28%, conforme indicado na planilha orçamentária. Esse percentual está em conformidade com os valores de referência estabelecidos nos Acórdãos nº 2.622/2013 e 2.440/2014 do TCU - Plenário para taxas de BDI.

Abaixo, planilha resumo para melhor visualização dos valores estimados:

PA	BELEM SRRF02 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ENTRADA EM MÉDIA TENSÃO							Fl. 244
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER CATMAT	VALOR MENSAL	QTD MESES	VALOR	VALOR TOTAL	
	GRUPO 1							
	1	Serviço continuado de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de materiais de consumo e mão de obra especializada, sem dedicação exclusiva do Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão do Complexo de Manaus.	4901	R\$ 10.658,81	24	R\$ 255.811,44	R\$ 332.554,80	
	2	Aquisição de peças com ressarcimento. (não será objeto de lance)	402800	R\$ 3.197,64	24	R\$ 76.743,36		

PA	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE EMERGÊNCIA							
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER CATMAT	VALOR MENSAL	QTD MESES	VALOR	VALOR TOTAL	
	GRUPO 2							
	3	Serviço continuado de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de materiais de consumo e mão de obra especializada, sem dedicação exclusiva do Sistema de Geração de Emergência do Complexo de Manaus.	2356	R\$ 5.631,95	24	R\$ 135.166,80	R\$ 175.716,96	
	4	Aquisição de peças com ressarcimento. (não será objeto de lance)	464043	R\$ 1.689,59	24	R\$ 40.550,16		

<b>Total Geral:</b>	<b>R\$ 508.271,76</b>
---------------------	-----------------------

A definição dos valores estimados bem como as memórias de cálculos e fontes consultadas encontram-se no documento NOTA TÉCNICA SRRF02 Nº 01/2025.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação dos serviços de manutenção a serem executados no Complexo Fazendário de Manaus-AM, será dividida e licitada em dois grupos, sendo:

- Grupo 1: Sistema de Entrada de Energia em Média Tensão
- Grupo 2: Sistema de Geração de Emergência

O parcelamento justifica-se pela natureza técnica distinta dos serviços, que exigem especializações diferentes. Verificou-se a dificuldade de encontrar empresas no mercado local com habilitação e competência técnica para executar ambos os sistemas simultaneamente. Com o parcelamento, é possível aumentar a concorrência, permitindo a participação de mais empresas especializadas e garantindo uma execução mais eficiente dos serviços.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes. Em outras palavras, o serviço em questão será contratado de forma autônoma e independente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A execução desses serviços foi devidamente planejada, conforme demonstrada no Portal Nacional de Contratações Públicas (IPCA).

Id pca PNCP: 00394460000141-0-000010/2025

Data de publicação no PNCP: 18/04/2024

Local: Manaus/AM

ID do Item no PCA: 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595 e 596.

Identificador da Futura Contratação: 170209-43/2025



PA BELEM SRP02 PL 243

A presente contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis, através do Plano de Logística Sustentável (PLS), o qual estabelece ações voltadas à promoção da sustentabilidade, com vistas à melhoria da eficiência administrativa, ao uso racional dos recursos públicos e à incorporação da variável socioambiental no ambiente de trabalho. Declara-se, ainda, que a presente demanda se encontra devidamente contemplada no PLS do Ministério da Fazenda.

A presente contratação enquadra-se nas exceções previstas na Portaria MF nº 1.463/2025, conforme dispõe o art. 2º, parágrafo único, inciso II. O atendimento a essa condição encontra-se formalizado na declaração constante das páginas 85 a 86 do processo.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A presente contratação é essencial para garantir a confiabilidade do sistema elétrico por meio do fornecimento de energia estável e de qualidade, necessários para o correto desempenho de máquinas, equipamentos e sistemas essenciais às atividades institucionais do Complexo do Ministério da Fazenda em Manaus/AM.

Além disso, a Administração Pública tem se concentrado na alocação eficiente de recursos para alcançar o melhor resultado com o menor gasto. Nesse contexto, o Decreto nº 9.507/2018, de 21/09/2018, mantém a possibilidade de unidades administrativas contratarem de forma indireta a prestação de várias atividades, incluindo as que são objeto deste Estudo.

É importante ressaltar, mais uma vez, que a contratação indireta para a execução desses serviços se torna necessária devido à falta de mão de obra qualificada nos quadros funcionais típicos da RFB.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No que diz respeito ao objeto em questão, não será necessária a adaptação do ambiente físico e social da Administração para a execução dos serviços contratados. No entanto, é importante considerar as seguintes observações:

Os serviços serão executados com a unidade em pleno funcionamento, devendo a contratada tomar todas as providências de isolamento e sinalização da área que será trabalhada, para evitar acidentes de qualquer natureza com pedestres e veículos que transitam no local.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Os responsáveis e encarregados da realização dos serviços devem aderir aos princípios e práticas de sustentabilidade, conforme estabelecido no Decreto nº 7.746/2012, a contratada deve incorporar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e no fornecimento de materiais e equipamentos destinados aos serviços.

Durante a execução dos serviços, é imperativo que sejam considerados os seguintes tópicos:

RD - Redução do desperdício de materiais;

MG - Menor geração possível de resíduos;

MD - Adequada destinação dos resíduos resultantes dos serviços;

MS - Materiais Sustentáveis;

RI - Redução de impactos ao entorno;

QA - Qualidade do ambiente interno dos serviços;

GR - Gestão de Recursos Humanos e Fornecedores.

Assegurar o cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ABNT NBR 16725 e NBR 14725:2023, que tratam dos Resíduos Químicos, que tem o objetivo de promover a segurança no manuseio e descarte de resíduos químicos perigosos, fornecendo diretrizes claras para a elaboração de fichas de segurança e rótulos adequados.

Em casos de dificuldade na destinação de determinado tipo de resíduo, explorar a possibilidade de devolvê-lo ao fabricante, como ocorre com sacos vazios de cimento ou cal.

### **Materiais Sustentáveis**

Optar por materiais e produtos que incorporem componentes reciclados sempre que estiverem em conformidade com a execução dos serviços.

### **Redução dos Impactos ao Entorno.**

Reduzir a poluição proveniente dos serviços, por meio do controle da erosão do solo e da prevenção da contaminação das vias de acesso e áreas adjacentes com resíduos resultantes dos materiais utilizados.

### **Gestão de Recursos Humanos e Fornecedores.**

Cumprir rigorosamente as normas de higiene, saúde e segurança dos trabalhadores.

Promover a conscientização ambiental e a disseminação da política socioambiental da empresa por meio de programas de educação ambiental e treinamento dos funcionários, utilizando diversos canais de comunicação interna.

Assegurar a origem e qualidade dos materiais, preferencialmente optando por aqueles que possuam certificações de qualidade ou outras garantias de qualidade de produção e utilização.

Priorizar a contratação de serviços de fornecedores locais.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum. A partir das informações apresentadas, com destaque para a solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera a contratação como uma medida viável e indispensável para atender de maneira eficaz às necessidades e interesses da Receita Federal do Brasil

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FERNANDO ANTONIO CORREA DE ALMEIDA JUNIOR**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 13:37:06.



**WALTER SALEMA MAIA PRADO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 17:39:33.*

**Receita Federal**

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**

**Histórico de atividades sobre o documento:**

Documento assinado digitalmente por:

**WALTER SALEMA MAIA PRADO em 18/12/2025**

**CLEBER JUNIO GALUCIO SOUSA em 18/12/2025**

**FERNANDO ANTONIO CORREA DE ALMEIDA JUNIOR em 18/12/2025.**

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

**APAZ.WRND.WQYD9.DG87**

**Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:**

**X+BjCIUzCvDQlkm8ZWAFfAmO+SylYlBWTtsujjXPL8A=**



**Ministério da Fazenda**

**PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 13/01/2026 16:31:32 por Fernando Antonio Correa de Almeida Junior.

Documento assinado digitalmente em 13/01/2026 16:31:32 por FERNANDO ANTONIO CORREA DE ALMEIDA JUNIOR

Esta cópia / impressão foi realizada por FERNANDO ANTONIO CORREA DE ALMEIDA JUNIOR em 06/04/2026.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP06.0426.14409.3SSH**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**CE85B3C3BB08B6C8F871BC377C963226A4A460EE50538DB0D9DE124F3BECC70B**